

SECRETARIA DA EDUCACAO

PROJETOS PRIORITARIOS PARA 1983 E ATIVIDADES REALIZADAS

I. PROGRAMA DE ATIVIDADES PARA O 2º SEMESTRE

A Secretaria da Educação, em reunião realizada com os 18 Diretores Regionais de Ensino e os 115 Delegados de Ensino, distribuiu cerca de 200.000 exemplares de um documento sobre alguns dos principais problemas da educação em São Paulo e perspectivas de solução.

Com a distribuição do documento (Documento Preliminar para Reorientação das Atividades da Secretaria da Educação) e a ordenação e periodização de sua discussão (Resolução SE 118/83), que está sendo feita em todos os níveis da Administração, desde os órgãos centrais até as unidades escolares, visa-se ao recolhimento de subsídios para um elenco de alguns dos principais projetos cuja execução marcará a atuação do Governo Estadual nos próximos quatro anos. A estratégia utilizada para o delineamento desses projetos, representa o cumprimento, em ampla escala, do princípio da participação.

A fim de assegurar que o esforço de participação não se esgote na discussão e no oferecimento de sugestões, mas que se envolva também a implementação das idéias, pretende-se que os principais projetos englobem subprojetos, independentes na sua execução, mas vinculados às diretrizes e que estejam sob responsabilidade direta de órgãos regionais, sub-regionais e até de unidades escolares.

Projetos Prioritários:

1. Reformulação do ensino de 1º grau

Objetivo: Reorganização desse grau de ensino, visando a eliminação de dois pontos de estrangulamento: repetência e evasão, principalmente, nas 1ªs e 5ªs séries.

Justificativa: A rápida expansão do ensino de 1º grau nos últimos quinze anos, desacompanhada de providências sistematizadas e eficazes visando à melhoria da qualidade do ensino-oferecido, acabou provocando graves deficiências que se expressam em índices alarmantes de repetência e evasão. Daí a necessidade de que a Administração atue sobre os referidos pontos, de uma forma direta a partir de subprojetos executados pelos órgãos centrais, e de um modo indireto, pela sustentação e apoio a subprojetos regionais, sub-regionais e locais. Obs. : Este projeto, além dos subprojetos referidos e definidos em termos de responsabilidade de execução, desdobrar-se-á também em subprojetos especiais a serem executados em caráter piloto como os referentes à reorganização pedagógico-administrativa do curso noturno, à reorientação e expansão do ensino supletivo e à integração escola-comunidade.

2. Reformulação do ensino de 2º grau:

Objetivo: Reorganização desse grau de ensino em face da Lei Federal nº 7.044/82, que eliminou a profissionalização obrigatória nesse nível.

Justificativa: A edição da Lei Federal nº 5.692/71 tumultuou toda a tradicional organização do ensino de 2º grau (secundário, normal e técnico) que rapidamente foi desfigurada a pretexto da necessidade de formação de técnicos de nível médio. Na inexistência de estudos aprofundados sobre o assunto e em face da míngua de recursos materiais e humanos - para que fosse feita uma profissionalização efetiva nesse ní-

vel de ensino, o que se assistiu nos últimos anos foi uma des caracterização do sistema que havia e, como consequência, um atual ensino de 2º grau que nem profissionaliza nem prepara - para estudos posteriores.

Em São Paulo, com o Decreto nº 7.510/76, que modificou a estrutura e a organização administrativa da Secretaria da Educação, adaptando-a ao sistema de ensino instituído pela Lei nº 5.692/71, as consequências foram ainda mais graves porque abandonou-se completamente a rede de escolas técnicas, integrando-a artificialmente na rede comum, já que com essa todos os cursos de 2º grau passaram a ser profissionalizantes.

Obs.: Este projeto deverá desdobrar-se em subprojetos especiais que incorporem as seguintes preocupações: reorganização do 2º grau de modo a ensejar profissionalização diferenciada e pós-colegial com a colaboração de Universidades, Empresas, SENAC, SENAI, etc.; reorganização do curso de habilitação para o magistério de 1º grau e recuperação das escolas técnicas industriais e agrícolas.

3. Valorização do Magistério:

Objetivo: Equacionamento de providências administrativas e legais que criem possibilidades de melhoria das condições de trabalho.

Justificativa: Além dos problemas de reajuste salarial, o magistério vem sendo vítima, nos últimos anos, de um processo sistemático de desgaste na sua motivação de trabalho pela edição de medidas administrativas ou legais que refletem uma posição autocrática no encaminhamento de soluções referentes à situação funcional do magistério. O que se pre -

tende, pois, é a revisão desses atos administrativos ou legais de modo a superar os referidos obstáculos.

Nessas condições, a Secretaria vem promovendo - estudos não apenas sobre a evolução salarial nos últimos 20 anos, que possam orientar a ação do Governo Estadual nos próximos anos, como também estudando propostas de alterações administrativas e legais.

Tais propostas envolverão a revisão de alguns - instrumentos legais que gerarão subprojetos tais como:

3.1 - revisão do Estatuto do Magistério

3.2.- revisão dos Regimentos internos das escolas de 1ª, 2ª e 1ª e 2ª graus.

4. Orientação da municipalização da pré-escola

Objetivo: Implementação de propostas pedagógicas que favoreçam a utilização de recursos da comunidade na expansão da pré-escola.

Justificativa: A exiguidade da rede estadual de classes de pré-escola descarta de plano qualquer possibilidade de que a atuação do Estado supra as necessidades nesse nível de ensino a médio prazo. Em face disso e levando em conta a importância crescente da pré-escola numa sociedade crescentemente urbanizada, a ação do Estado deve visar principalmente à capacitação de recursos junto às Prefeituras Municipais para o desenvolvimento e orientação técnica desse nível de ensino.

RECURSOS FINANCEIROS PARA OS PROJETOS DO SEGUNDO SEMESTRE DE 1 983

Com exceção das medidas que impliquem em alteração de dispositivos legais referentes à situação do magistério, todos os demais projetos e propostas correrão por conta de recursos já previstos ou existentes, sem qualquer ônus adicional para o Tesouro do Estado.

Além desses projetos, existem processos em andamento que solicitam créditos suplementares para atividades diversas de manutenção desta Secretaria.

II ATIVIDADES REALIZADAS NO 1º SEMESTRE DE 1983

INTRODUÇÃO

Levantamentos de dados diversos para conhecimento da situação da Educação, do Magistério e dos órgãos da Administração da Secretaria da Educação, visando a correção de distorções a curto e médio prazo, bem como subsidiar estudos para a reorganização do ensino no Estado, em atendimento aos Decretos nº 20.866 de 15/03/83 e 20.897 de 15/04/83.

Tais levantamentos de dados e estudos atingiram as seguintes áreas:

- a) ensino: análise do rendimento do Sistema de ensino e detecção de pontos críticos
- b) pessoal: análise da situação do magistério e de mais profissionais de educação, inclusive pessoal administrativo (indicação quanto a posição salarial, deficit de pessoal nas escolas, irregularidades funcionais, etc.

- c) administração do ensino: análise das distorções existentes na máquina administrativa da Secretaria da Educação, disfunções, etc.
- d) normas legais: análise dos principais instrumentos legais que estão vetando a participação dos profissionais da educação no processo decisório e tolhendo a iniciativa das escolas.
- e) recursos financeiros: análise da sistemática de captação e distribuição de recursos visando corrigir as distorções.

Parte do levantamento de dados e estudos em todos os quatro aspectos já estão concluídos e já permitiram a tomada de decisões por parte da Secretaria da Educação, visando a correção de algumas das principais distorções.

Neste primeiro trimestre, foram adotadas medidas classificadas em dois níveis distintos: em primeiro lugar, fez-se necessário corrigir distorções em diversos níveis, através de medidas de caráter administrativo, que pudessem sanear os entraves para uma boa administração, corrigir distorções e injustiças que vinham se sobrepondo ano a ano. É claro que essas medidas de caráter administrativo envolvem diversos níveis de decisões, esbarram em normas jurídicas que escapam ao alcance desta Secretaria e sofrem entraves de ordens diversas, inclusive o temporal. Essas medidas são, porém, um primeiro esforço no sentido de se criar condições adequadas para a implantação de uma política educacional democrática, que contemple a educação onde ela se dá: na escola.

Por serem as primeiras medidas subsidiárias das segundas e por garantirem elas o apoio mínimo necessário à nova política -

educacional, elas foram as mais numerosas. Sem pretender esgotar o rol dessas medidas, relacionamos as seguintes:

A - MEDIDAS ADMINISTRATIVAS, visando à:

1 - Correção de irregularidades mais graves:

. Substituição total de Diretores de Divisões Regionais de Ensino e Delegados de Ensino, o que permitirá a implementação da nova linha da política educacional que a Secretaria da Educação pretende implantar no Estado, cujas bases são objeto do "Documento Preliminar para Reorientação das Atividades das Atividades da Secretaria."

. Extinção dos NATs (Núcleos de Apoio Técnico das Delegacias de Ensino) que, sob pretexto de exercerem uma atividade auxiliar, chegaram a realizar no final da gestão anterior, de fato, atividade político eleitoral, com centro na Secretaria.

. Exoneração de 160 (cento e sessenta) Assistentes de de Diretor de Escola e encaminhamento de novas propostas que atendam aos requisitos legais.

. Estabelecimento de critérios para a celebração de Convênios com as Prefeituras, de forma a disciplinar o relacionamento com esses órgãos, conforme as diretrizes pedagógicas definidas pela atual gestão.

. Publicação de Resolução regulamentando afastamento de funcionários e servidores de forma a restabelecer critérios de racionalidade na instrução e encaminhamento das respectivas propostas.

. Extinção do G.C.A.A.P. (Grupo de Controle de Atividades Administrativas Pedagógicas), organismo que funcionava na sede da Secretaria exercendo, na verdade, atividades para-policiais.

. Revogação da Portaria do Diretor do Departamento de Assistência ao Escolar de 30/8/79, fazendo retornar os Cirurgiões-dentistas afastados como "Técnicos Encarregados de Programas Especiais" às suas funções originais na escola, para o atendimento odontológico dos alunos.

2 - Reestruturação interna dos órgãos da Secretaria e de sua articulação interna e externa.

. Início da reorganização interna dos órgãos da estrutura básica da Secretaria da Educação, para maior racionalidade, inclusive quanto à descentralização e incentivo à participação.

. Estruturação de relações com o Conselho Estadual de Educação (CEE): o Secretário apresentou um ante-projeto de lei que propõe o aumento da representação desse colegiado, passando de 24 para 30 o número de membros, com possibilidade de inclusão de dirigentes de entidades de classe e de representantes do magistério, entre outros.

. Deslocamento, do Gabinete do Secretário para a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), do Programa conhecido como "Padrões de Saúde Pública" para a avaliação e reorientação de suas atividades, num contexto amplo de promoção da vida.

. Instituição, junto ao Gabinete do Secretário, de Comissão Sindicante presidida por Promotor de Justiça para apuração de irregularidades.

. Reunião Geral com Divisões Regionais e Delegacias de Ensino e Associações de Classe.

. Viagens de Integração com as Divisões Regionais de Ensino.

Secretário: Bauru, Sorocaba, Marília e Santos

Coordenador da CEI: Presidente Prudente.

. Estudos e Elaboração de Proposta para transformação da FLE em: Fundação de Direito Público.

. Ativação do Conselho de Planejamento Educacional e do Conselho de Orientação do FUNDESP.

. Convênio entre a Secretaria da Educação e Universidades, visando a integração e compromisso entre os três graus do ensino.

3. Valorização do Magistério

. Criação do jornal "Educação Democrática" com uma tiragem inicial de 100.000 exemplares, visando a mobilização e o envolvimento do magistério e da comunidade na busca de soluções para os problemas da educação no Estado. Além disso, pretende-se despertar em todo o magistério a consciência de participação em um projeto comum a todos.

. Constituição de uma "Comissão de Estudos Salariais do Quadro do Magistério", composta por representantes das Associações de Classe do quadro do magistério e presidida por representante da Secretaria da Educação e apoio técnico do Departamento de Recursos Humanos da mesma Secretaria. Essa comissão foi constituída visando a fornecer subsídios às negociações dos aumentos salariais dos anos seguintes a 1983, com relação às diversas categorias do quadro do magistério.

. Elaboração de Minutas de Decretos visando a:
- contagem de dias não remunerados para os professores substitutos.

- Incorporação da jornada de trabalho do pessoal do QM e QSE em 2 (dois) anos, na base de 1/24 (um vinte e quatro â-vos) por mês de trabalho, para fins de aposentadoria e disponi-bilidade.

- Contagem em dias corridos, do tempo de substituição não remuneradas do então substituto efetivo do ensino primário e do tempo exercido em função de professor admitido para aulas excedentes, para fins de aposentadoria, disponibilidade, adi-cional e sexta-parte.

. Levantamento e encaminhamento de reivindicações das associações da classe.

. Gestões do DRHU junto a Secretaria da Fazenda e Admi-nistração para efeitos de agilizar procedimentos da Folha de Pagamento.

. Resolução Regulamentando Designações.

. Resolução criando o Grupo de Atendimento ao Magistê-rio.

. Levantamento do deficit de pessoal nas unidades esco-lares com vistas ao procedimento dos Módulos de Pessoal.

. Programação de concursos pelo Departamento de Recur-sos Humanos visando ao preenchimento dos módulos de pessoal a que se refere o item anterior.

4. Descentralização dos recursos financeiros e raciona-lização de sua aplicação.

. Início da descentralização de recursos financeiros - com a destinação de recursos do salário-educação (quotas de 83 e 84) para as Divisões Regionais de Ensino, visando ao envolvi-mento das bases (escolas e Delegacias) na elaboração de planos para a melhoria do ensino.

. Revisão de planos diversos de aplicação de recursos financeiros visando ao ajustamento das propostas às novas diretrizes e prioridades do Governo Democrático.

. Início de revisão de contratos feitos com diversas entidades, de forma a minimizar seus custos, alterar seu tempo e tipo, viabilizando melhor atendimento às prioridades estabelecidas.

5. Assistência ao Escolar

. Estudos para introdução de produtos naturais na merenda escolar.

. Estudos sobre o problema do Livro Descartável.

. Seminários FLE sobre o Livro Didático.

. Ações comunitárias a partir de escolas situadas em periferias urbanas e zonas rurais (PRONASEC e PRODASEC).

B - MEDIDAS TÉCNICO-EDUCACIONAIS

1. Propostas de Orientação para a Educação em São Paulo

. Elaboração e distribuição de um documento de reorientação das atividades da Secretaria da Educação a todo o magistério, visando a mobilização geral da classe para a solução dos problemas educacionais. O documento está sendo estudado a nível de escolas e demais órgãos da estrutura da Secretaria da Educação e deverá levar a elaboração de projetos de ação que serão desenvolvidos a partir do 2º semestre.

2. Grupos de Estudos e Comissões

. "Forum de Secretários da Educação do Brasil", criado por iniciativa da ANDES (Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior).

Pretende-se que este esforço torne possível, a troca de experiências e a formação de uma mentalidade de valorização da Educação. Este Fórum possibilitará também uma ação comum no sentido de redemocratizar as instituições de ensino, valorização dos profissionais de Educação e do estímulo à melhoria da qualidade do ensino e sua adequação à realidade social.

. Constituição de Comissão intersecretarial para abertura da escola à comunidade que tem como proposta transformar a escola num centro comunitário e de expansão cultural.

A Comissão pretende viabilizar a proposta de abertura da escola à comunidade através do envolvimento e comprometimento das seguintes Secretarias de Estado: Educação, Saúde, Agricultura, Esportes, Transportes, etc.

. Constituição de Fórum da Educação Paulista que tem por objetivo envolver os profissionais de educação e a universidade no estabelecimento da política educacional e no encaminhamento de propostas para a solução dos problemas do ensino do Estado.

O Fórum será oficialmente instalado no 2º semestre e dará subsídios aos projetos prioritários visando à reformulação do ensino de 1º e 2º graus, além da pré-escola e ensino supletivo.

3. Estudos e Projetos de Ação

. Depoimento na Comissão de Educação do Senado, incluindo proposta de reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. (Lei nº 7.044/82).

. Projeto de Melhoria das Condições do Curso Noturno.

. Estudos preliminares sobre a situação das escolas agrícolas e industriais do Estado visando à redefinição do papel dessas escolas face à nova Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional - Lei nº 7.044/82.

. Estudos preliminares sobre a situação das escolas rurais visando à implantação de novas propostas de trabalho.

. Programa de aproveitamento dos alunos da habilitação para o magistério como estagiários docentes nas classes de 1º Grau, visando à recuperação de alunos com baixo aproveitamento escolar.

. Reformulação do Programa de Ação Pedagógica tendo em vista garantir uma atuação prioritária nos pontos críticos de estrangulamento do sistema escolar objetivando incentivar e fortalecer a autonomia da unidade escolar.

. Início dos estudos visando a municipalização da educação pré-escolar.

. Estudos diversos visando à reformulação de currículos escolares e material de ensino.

. Ações diversas junto às Unidades Escolares visando à melhoria do ensino.

RECURSOS FINANCEIROS PARA OS PROJETOS DO 1º SEMESTRE

1. Primeiro trimestre da atual Administração

Todas as medidas tomadas correram por conta de recursos financeiros já existentes e envolveram apenas a reformulação de planos de aplicação de recursos elaborados pela Administração anterior.